

Artigo REF: 12R005

O PLANEAMENTO SECTORIAL DA INDÚSTRIA EXTRACTIVA E SUA IMPORTÂNCIA PARA OS INSTRUMENTOS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO: O CASO DE PORTUGAL

Patrícia Falé^(*) e Alexandra Mendonça

Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação – Lisboa, Portugal

^(*)Email: patricia.fale@ineti.pt

RESUMO

O Território Português apresenta características geológicas que lhe conferem elevado potencial mineiro no âmbito dos recursos minerais, conforme é testemunhado pela existência de vários depósitos com importância mundial. Torna-se assim determinante compilar toda a informação existente de forma a produzir cartas de recursos, que incluirão depósitos e ocorrências reconhecidas, bem como definir áreas potenciais, tendo em conta a existência de estruturas geológicas provavelmente mineralizadas. Para tal é necessário definir um modelo de enquadramento da Indústria Extractiva que reconheça as características próprias e as suas fases operacionais: prospecção e pesquisa, exploração, encerramento e recuperação.

A diversidade de figuras de ordenamento existentes na legislação portuguesa demonstra uma crescente preocupação pelas questões relacionadas com a gestão do território, embora coloque muitas vezes, graves problemas a essa mesma gestão. Com frequência, ocorrem situações de sobreposição, e muitas vezes de contradição, de dois planos de ordenamento para uma mesma região. Tendo em conta as características objectivas destes planos: ordenamento do território, conservação da natureza, preservação da qualidade do ambiente, entre outros, pode afirmar-se, sem grande erro que estes vão condicionar de uma forma mais ou menos gravosa as actividades industriais e a indústria extractiva em especial.

O planeamento tem que ser pensado compreendendo a estrutura das ocupações humanas, a sua diversidade, as suas inter-relações e interacções e a complexidade das razões que justificam cada uma delas. O desenvolvimento sustentável não irá acontecer por acaso, nem ocorrerá sem que se façam opções claras nesse sentido. Para o alcançar é necessário ter uma visão de futuro, planejar, decidir e actuar segundo princípios e objectivos específicos.

Para o vencer não existem receitas pré-fabricadas. Cada realidade local tem um contexto próprio, com obstáculos e potencialidades específicas que importa identificar, rumo à sustentabilidade local.

O recurso às novas tecnologias de informação, mais particularmente os Sistema de Informação Geográfica (SIG) aplicados aos domínios do planeamento e análise espacial, têm demonstrado ser uma aposta ganha. É sobretudo nos espaços onde o manancial de informação assume grandes proporções que os SIG se revelam imprescindíveis para o planeamento, dada a sua capacidade de arquivo, armazenamento, organização, gestão, manuseamento e racionalização de grandes volumes de informação.

Neste contexto, para os diferentes recursos minerais definiram-se núcleos de exploração, ou seja, zonas onde existem em actividade várias explorações, ou uma de grande dimensão, já consolidadas e com comprovada importância económica. Os diferentes espaços afectos a esta actividade foram classificados, visando o planeamento e ordenamento regional sustentado, de acordo com a seguinte divisão: áreas consolidadas, complementares, potenciais e a recuperar.

O que se pretende a nível nacional é que as Cartas de Ordenamento Sectorial para a Indústria Extractiva sirvam de base a estudos de pormenor e sobretudo dêem informações para que o planeamento do uso do espaço por parte da Administração Central, Regional e dos Municípios, seja realizado de uma forma racional, de modo a que os processos de tomada de decisão em relação à protecção e gestão dos recursos geológicos e ambientais sejam delineados de uma forma preventiva, tendo em consideração as futuras necessidades de uma região. Os Planos de Ordenamento Sectorial deverão servir de base aos instrumentos de ordenamento, auxiliando os organismos responsáveis pela sua gestão, tendo em vista a sustentabilidade nos diversos usos do território.

REFERÊNCIAS

DGOTDU (2005) – Vocabulário de termos e conceitos do ordenamento do território. Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

Falé, P. & Henriques, P. - (2005) - O planeamento sectorial da indústria extractiva e sua importância para os instrumentos de ordenamento do território: a região do Algarve. Congresso Internacional da Pedra Natural – Tektónica 2005, FIL 12 de Maio.

Falé, P, Henriques, P., Carvalho, J. E Martins, L. (2006) - Recursos Minerais da Área Metropolitana de Lisboa – Estado Actual do Conhecimento. Conferência Regional sobre Cartografia Geológica Aplicada a Áreas Urbanas. Fórum Alcochete de 3 a 6 de Maio de 2006, 8pp.